

Do escravo ao imigrante: cafeicultura e relações de trabalho em São Paulo no século XIX¹

Rogério Naques Faleiros²

“Las estructuras son los arrecifes de coral de las relaciones humanas, que tienen una existencia estable durante un período relativamente largo de tiempo. Pero las estructuras también nacen, se desarrollan y mueren” (Wallerstein, 1979: 7).

Resumo

No final do escravismo várias formas de trabalho se estabeleceram entre fazendeiros paulistas e imigrantes europeus, sobretudo italianos. As parcerias, a locação de serviços e o colonato surgiram como as relações de trabalho básicas para o desenvolvimento da economia agrária-exportadora baseada no café. No processo de transição do trabalho escravo ao livre os projetos estatais de imigração foram fundamentais na criação de mão-de-obra “livre”.

Introdução

Por fim do século XVIII e início do XIX, a Revolução Industrial esteve em curso na Inglaterra. Pela primeira vez na História “foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços” (Hobsbawm, 1997: 44). A partir de então, não haveria mais lugar pra a escravidão moderna, determinada pelo Antigo Regime, e conseqüentemente a história da escravidão no Brasil no século XIX é a história de seu fim, mesmo que prolongado e combatido pelos fazendeiros brasileiros. Uma nova divisão internacional do trabalho vai se estruturando a partir desta Revolução (Cardoso de Mello, 1998: 32), e a escravidão, de complementar passou a ser contraditória ao Sistema Mundial (nos termos de Wallerstein), e para se constatar este fato basta a observação das medidas inglesas contra o tráfico.

1 Artigo extraído de Faleiros (1999).

2 Mestrando em História Econômica – Unicamp. Instituto de Economia (IE)/Bolsista – CAPES.

Neste contexto de readaptação do trabalho em escalas mundiais, já nas primeiras décadas do século XIX o Brasil experimentara uma nova orientação da economia: a ascensão do café, o novo produto de exportação que por muitas décadas dominou a vida econômica, cultural, política e social do país. É impossível datar exatamente o início da produção no centro-sul do país – as primeiras informações que possuímos se referem a uma precária produção do Rio de Janeiro, ainda na época colonial, nos fins do século XVIII. A lavoura cafeeira, entretanto, só se torna significativa pouco antes da independência, quando o plantio de café foi estimulado pela procura crescente do produto nos países europeus³ (principalmente depois que cessaram cessadas as convulsões provocadas pelas guerras napoleônicas) e pela demanda dos Estados Unidos (que atravessavam um período de progresso, sobretudo na indústria, e conseqüentemente uma melhoria geral do nível de vida).

Existia mercado para dar vazão à produção. A idéia de plantar café tornou-se atrativa e sedutora a agricultores fluminenses e a paulistas do Vale do Paraíba, que aos poucos foram arriscando-se nesta nova empreitada. Ao perceberem sua maior lucratividade, em relação à cana-de-açúcar e o amplo mercado de consumo a ser explorado, adotaram definitivamente o *coffe arabica* como produto de exportação. Claro que nem todos os proprietários abraçaram a nova possibilidade, e nem poderiam, já que o cultivo de café era (e sempre foi) uma cultura assaz dispendiosa. Mas mesmo dedicando-se a outras culturas como cereais, o feijão, a mandioca, etc., inseriam-se indiretamente no mercado mundial de café pois abasteciam as forças produtivas internas.

A lavoura cafeeira vai se impondo em São Paulo. Por onde passa substitui a preponderância de culturas já estabelecidas. É o caso da lavoura de cana-de-açúcar que desenvolveu-se a partir do governo de Morgado de Mateus (1765-1775), sobretudo na região do “quadrilátero do açúcar”, formada por Sorocaba, Piracicaba, Mogi das Cruzes e Jundiaí. A promissora atividade chega a produzir 83.435 arrobas destinadas à exportação em 1797 (Petrone, 1948: 41). Todavia, em vista da alta lucratividade da lavoura cafeeira, em 1850 o volume da exportação de açúcar foi ultrapassado pela do café.

³ Uma bebida, um aroma ou um sabor não cai imediatamente no gosto de toda uma civilização. O café já era conhecido na Europa desde o período medieval – deve-se sua generalização às importações da Arábia.

Mesmo perdendo a preponderância nas exportações, a cultura da cana foi responsável por uma importante transformação da agricultura na *terra dos Bandeirantes*: impôs um outro caráter, que deixa de ser predominantemente de subsistência para adquirir características comerciais (Petroni, 1949: 7). Assim sendo, quando o café chega às portas do oeste paulista, matrizes comerciais lá já estavam instaladas, bem como estradas e rotas que interligavam o transporte da produção para o porto de Iguape.

Concorria também para a expansão cafeeira a geografia paulista. O planalto oeste de São Paulo apresentava solos, condições topográficas, pluviométricas, térmicas e climáticas ideais para o cultivo de café. Os recursos naturais existiam e as pessoas estavam dispostas a usá-los. A abundância de terras era grande já que a província vegetara nos primeiros séculos de colonização portuguesa. Enfim, haviam recursos – mas quem iria explorá-los?

Com o café veio o escravo (Costa, 1979: 23). Em São Paulo nunca chegou a existir um número de escravos comparável ao das regiões do Nordeste ou da zona de mineração. Todavia, nos primórdios da expansão cafeeira estas áreas econômicas passaram por uma intensa e profunda estagnação. Segundo Celso Furtado neste período o mercado de açúcar tornava-se cada vez menos promissor em virtude do açúcar de beterraba cuja produção se desenvolvera no continente europeu. A situação do algodão era ainda pior, já que a produção das federações do sul dos Estados Unidos estava integrada aos interesses do grande mercado inglês (Furtado, 1970: 111-112). Têm-se então as premissas básicas para o estabelecimento de um mercado nacional de escravos: regiões economicamente decadentes não mais comportando os capitais fixos adquiridos, os escravos, e regiões em acelerado processo de expansão, necessitando de um grande número de trabalhadores. Observando a Tabela 1 percebemos a movimentação da população escrava dentro do Brasil de 1819 a 1887.

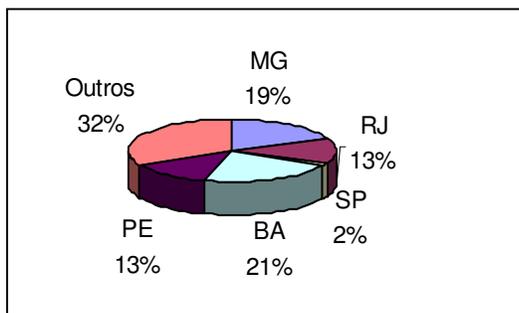
Tabela 1
População escrava em algumas províncias do Império

Província	1819	1823	1872	1873	1874	1880	1887
Minas Gerais	168.453	215.000	370.459	311.304	235.115	289.919	191.952
Rio de Janeiro	146.060	150.549	292.637	301.352	304.744	289.239	162.421
São Paulo	77.667	21.000	156.612	174.622	169.964	168.950	105.829
Bahia	147.263	237.458	167.824	165.403	173.639	116.108	76.838
Pernambuco	97.633	150.000	89.028	106.236	92.855	91.992	41.122
Total Brasil	1.107.389	1.147.515	1.510.806	1.542.230	1.409.453	1.368.097	723.419

Fonte: Vangelista (1991: 38).

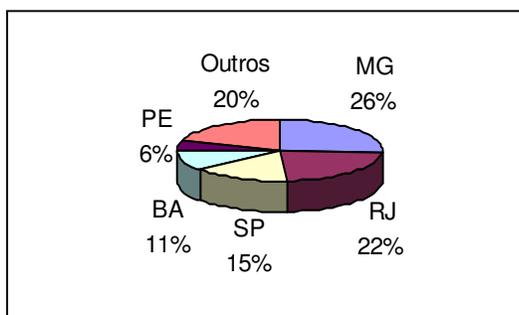
Bahia e Pernambuco têm a partir de 1823 um índice decrescente de população escrava. Correspondem, neste período, a respectivamente 20,7% e 13,1% da população escrava brasileira. Já em 1887, este percentual cai para 10,6% e 5,7%. As províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo sofreram um grande incremento de escravaria, conforme se observa nos Gráficos 1 e 2. Em 1823, a soma da população escrava destas três províncias correspondia a 34% da população escrava do país. Em 1887 este número subiu para 63%.

Gráfico 1
Distribuição da população escrava – 1823



Fonte: Elaborado a partir da Tabela 1.

Gráfico 2
Distribuição da população escrava – 1887



Fonte: Elaborado a partir da Tabela 1.

O maior aumento percentual – ainda que não em valores absolutos – foi registrado na Província de São Paulo. Nos anos compreendidos entre

1823 e 1872 a população escrava desta província multiplica-se cerca de oito vezes e mantém a partir de então uma leve mas constante ascensão na participação do total da mão-de-obra nacional. Perceba na Tabela 2 o aumento percentual da escravaria paulista de 1819 a 1887.

Tabela 2
Percentual da população escrava em São Paulo 1819-1887

Ano	Percentual	Valor absoluto
1819	7%	77.667
1823	1,8%	21.000
1872	10,4%	156.612
1873	11,3%	174.622
1874	12%	169.964
1880	12,3%	168.950
1887	14,9%	105.829

Fonte: Elaborada a partir da Tabela 1.

Graças à expansão cafeeira, foi São Paulo de fato que atraiu a maior quantidade de mão-de-obra. Enquanto o Rio de Janeiro, mesmo antes da corrida pelo café, possuía uma população escrava considerável (13%), a escravaria paulista não ultrapassava 2% do total. Os escravos na província de São Paulo eram empregados prioritariamente e emergencialmente no trabalho agrícola. Em 1888, segundo Vangelista, dos 107.329 escravos presentes na província 95.782 eram empregados em profissões agrícolas, ou seja, 89%, 3.096 eram operários diaristas e 8.451 eram artesãos (Vangelista, 1991: 39).

Apesar de um mercado de escravos bastante intenso e com o fluxo direcionado à emergente economia do centro-sul, a mão-de-obra escrava abasteceu e amortizou a escassez de braços apenas durante algum tempo, não oferecendo a solução definitiva. Numa área econômica na qual os fatores produtivos são constituídos exclusivamente pela terra e pelo trabalho, é inevitável que o crescimento da produção seja acompanhado pelo cada vez mais premente problema da mão-de-obra (Vangelista, 1991: 7).

O café firmara-se definitivamente por volta de 1830/40 no Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba e caminhava a passos largos rumo ao “oeste paulista”. A procura por cativos aumentava incessantemente, justo no momento em que, visando o reconhecimento da própria independência política nos tratados políticos, o país se comprometia a fazer cessar o tráfico. Apesar dos entraves o volume do tráfico era intenso, pois assim exigia o café. Todavia as pressões internacionais de restrição ao tráfico, aliadas a setores

nacionais favoráveis ao fim do comércio de negros, desembocaram na Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, proibindo o tráfico de africanos.

É claro que as transações continuaram através do contrabando mas os preços alcançaram tão alta proporção que tornou-se mais em conta adquirir escravos no mercado nacional. O efeito imediato desta supressão do tráfico foi liberar subitamente um considerável montante de capitais. Seria difícil calcular sua importância mesmo aproximadamente, mas é incontestável que se fizera sentir com intensidade no mercado brasileiro.

Os capitais que eram empregados nestas transações “ilícitas” afluíram à praça intensificando a vida comercial. Segundo Caio Prado Júnior, as emissões bancárias, de pouco mais de 1.000 contos em 1850, cresceram para quase 20.000 em 1854 (Prado Jr, 1972: 82). Outro fator que contribuiu para o aumento das emissões bancárias foi a Lei de Terras,⁴ também promulgada em 1850. Através desta o acesso à propriedade se daria única e exclusivamente pela compra de terras devolutas pertencentes ao Estado ou a transações entre particulares, o que em última instância exigia o aumento da monetarização da economia.

O fim do tráfico colocava no horizonte, ainda que longínquo, o fim do trabalho escravo e a transição para o trabalho livre. Na visão saquarema, dominante no governo imperial, a solução para que essa transição se operasse sem traumatismos era a imigração estrangeira, que por sua vez precisava ser financiada. Neste sentido a Lei de Terras seria fundamental pois constituiria-se como uma das fontes de financiamento desse processo, baseado na venda das terras devolutas da coroa (Silva, L. O., 1996: 124).

Com a ampliação da demanda e a abundância de capitais, o bem escravo sofreu uma valorização nunca antes vista, tornou-se um negócio extremamente rentável aos interceptadores, que compravam por um menor preço em zonas decadentes e muitas vezes estagnadas e vendiam com altas taxas de lucro nas regiões em expansão. Mas mesmo com todas as potencialidades do lucrativo mercado nacional de escravos, não se conseguiu suprir a demanda de mão-de-obra nas lavouras de café do centro sul.

4 Por um lado esta lei foi um fracasso, uma vez que o governo não tentou contestar as flagrantes usurpações do domínio público, por exemplo a ação dos *grileiros* que forjavam títulos de propriedade sem o menor sinal de penalização. Por outro, contudo, a Lei de Terras, além de um ato complementar à Lei Eusébio de Queiroz, esteve vinculada também a um processo de consolidação do Estado Nacional pois ao procurar ordenar uma situação de grande confusão que existia no Brasil em matéria de títulos de propriedade, estabeleceu um novo espaço de relacionamento entre proprietários de terras e o Estado, que foi evoluindo durante o século XIX, com desdobramentos na Primeira República. (Silva, L. O., 1996: 14).

Surgiram então os debates acerca da importação de outro tipo de trabalhador: os imigrantes.

1 Os mecanismos da imigração

Os debates sobre a imigração circulavam na corte desde a época de D. João VI, mas havia uma oposição entre a política conduzida pelo poder central e os interesses dos fazendeiros paulistas. O governo Imperial visava estimular a imigração baseada em núcleos coloniais onde estes teriam acesso à propriedade, argumentando que esta seria a única forma de atrair os imigrantes.

Para os grandes cafeicultores do centro-sul a questão premente era recompor e ampliar as forças produtivas das lavouras cafeeiras, abaladas pelas restrições do escravismo. Segundo estes, por motivos semelhantes aos do tráfico negreiro no século XVI, devia-se motivar a importação de trabalhadores da Europa para superar a escassez de mão-de-obra, de modo que os recursos naturais pudessem ser usados para atender à demanda no centro da economia mundial.

Neste sentido deu-se a iniciativa particular do Senador Nicolau Campos Vergueiro que promoveu, em Limeira, a importação de trabalhadores livres de uma forma mais ampla e sistemática. As primeiras experiências na Fazenda Ibicaba deram-se com imigrantes portugueses e depois com alemães e suíços. O exemplo é logo seguido por outros fazendeiros. Vergueiro alarga sua atividade tornando-se agente de outros proprietários na procura de trabalhadores europeus; torna-se bastante comum aos fazendeiros paulistas dirigirem-se diretamente ao Velho Mundo à procura de seus próprios trabalhadores.

Por inúmeros fatores que aqui não serão discutidos de forma mais aprofundada, este primeiro momento da política imigratória, predominantemente privada, não rendeu os frutos esperados: uma fonte constante de mão-de-obra barata.

Segundo Furtado, as colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico: tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, sobretudo daqueles cuja raça era distinta dos europeus que haviam colonizado o país (Furtado, 1970: 124). As colônias eram amplamente

subsidiadas e quando deixadas às suas próprias forças, definhavam, envolvendo na simples economia de subsistência.

Face aos sucessivos fracassos da iniciativa privada o governo decidiu manter seus “pressupostos imigratórios”. Contudo, as colônias de São Paulo também não alcançaram resultados positivos, nem para fins de povoamento, nem para o desenvolvimento da pequena lavoura voltada ao mercado interno. O desconhecimento das condições naturais, os altos custos da produção e o isolamento contribuíram para a falência dos colonos.

O objetivo dos fazendeiros era pôr freios à política imperial de imigração subsidiada para as colônias pois esta privava as grandes propriedades de uma constante e maciça reserva de mão-de-obra. Neste prisma, sucediam-se vários ataques ao governo, e nestes embates, prevaleceram os interesses dos fazendeiros.

Não devemos nos esquecer que o café começou a destacar-se como produto de exportação próximo à capital do país. Isso constituía, sobremaneira, uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira, que desde cedo compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia das províncias ao proclamar-se a República (Furtado, 1970: 115), pois a descentralização do poder veio a permitir uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a maquinaria administrativa, sobretudo em São Paulo.

O governo paulista, servindo aos interesses da elite cafeeira, realizou grandes investimentos para tentar superar o problema da falta de braços. Esta cumplicidade dava-se porque a classe cafeeira, através das municipalidades, tornou-se ela mesma o Estado. É precisamente graças a esta identidade que o fazendeiro pôde confiar ao Estado a tarefa de fornecer-lhe mão-de-obra. Ao passo em que a imigração foi se tornando indispensável à acumulação dos fazendeiros, foram surgindo iniciativas de cunho público que subsidiavam e viabilizavam a imigração de interesse privado.⁵

As iniciativas particulares isoladas, mesmo às vezes apoiadas e subsidiadas pelo governo paulista, não superaram a demanda nos cafezais.

⁵ De 1888 a 1889, o governo paulista gastou 8.287:041\$ com os serviços de imigração. De 1889 a 1928, o Estado de São Paulo votou verbas anuais para o serviço de imigração totalizando 1.781.306:888\$, enquanto o governo federal só abriu créditos esporádicos (Carone, 1972: 11).

Exigiam-se então investimentos mais substanciais na política imigratória. Neste período o Estado, ao lado da Sociedade Promotora da Imigração, criou os canais institucionais necessários para atrair, receber, concentrar e distribuir os contingentes que, sempre mais numerosos, desembarcavam no porto de Santos. Fundou-se em 1885 a Hospedaria do Imigrante, refúgio dos estrangeiros recém chegados dos fétidos cargueiros.

A Hospedaria assumia um sentido estratégico: por oferecer comida, tratamento médico e camas (mesmo que precariamente) aos recém-chegados, centralizava, em detrimento do Rio de Janeiro, quase que totalmente os desembarques no porto de Santos, tornando-se, a partir disso, um intenso centro de distribuição de europeus por toda a América do Sul,⁶ enfim, um grande mercado de carne humana para onde dirigiam-se os ricos fazendeiros de café que desfilavam, com toda sua altivez, pelos pátios e corredores, empunhando contratos de trabalho e escolhendo, um a um, os núcleos familiares⁷ que iriam compor seu exército de mão-de-obra.

As exigências dos fazendeiros eram cada vez maiores: não bastava abastecer as lavouras, tratava-se também de criar reservas que compensassem as emigrações, sobretudo para zonas urbanas ascendentes, e que comprimissem os níveis salariais. Para intensificar a política de abastecimento de mão-de-obra, fundou-se, em 1906, a Agência Oficial de Colocação do Departamento Estadual do Trabalho. Além de direcionar os novos imigrantes para a lavoura, a Agência tinha como função manter uma *constante* oferta de mão-de-obra. Para tal, em virtude das oscilações dos fluxos imigratórios, gerenciava-se o destino dos braços excedentes e estimulava-se a migração de outros Estados brasileiros.

Porque então os ciclos de imigração oscilavam?

Seria a política de atração, embasada nos subsídios, na Hospedaria e posteriormente na Agência de Colocação, no mínimo, satisfatória? Ao examinarmos a emigração estrangeira para o Brasil, não podemos apenas considerar as determinantes nacionais mas também a situação da Argentina e

⁶ São inúmeros os casos de estrangeiros que desembarcaram no porto de Santos, hospedaram-se em São Paulo e se dirigiram para outros estados do Brasil, para a Argentina e para o Uruguai.

⁷ Práticas de solidariedade familiar, em certa medida, foram estimuladas pelos próprios condutores do fluxo imigratório subsidiado pelo governo paulista. Ao contratar os serviços do colono o fazendeiro estava contratando o trabalho de toda a família e cada chefe assumia a responsabilidade pela execução das tarefas em que a família, ou ao menos seus elementos trabalhadores, deveriam desempenhar. A família aparece como uma unidade de produção e a denominação *colono* passa a significar não o trabalhador isolado, mas seu núcleo familiar (Bassanezzi, 1984: 23).

dos Estados Unidos, que eram as principais áreas concorrentes para o destino dos imigrantes da Europa Meridional. Tem-se na Tabela 3 a imigração bruta para os três países de 1876 a 1911.

Tabela 3
Imigração bruta para Estados Unidos, Argentina e Brasil de 1876 a 1911

Ano	Estados Unidos	Argentina	Brasil
1876	198.230	22.367	22.594
1881	539.366	36.861	23.766
1886	457.028	83.924	56.606
1888	454.186	117.748	79.224
1889	499.409	109.710	115.879
1891	495.888	83.373	122.238
1895	311.599	68.743	133.580
1900	425.249	76.908	62.110
1903	766.815	105.206	57.606
1905	1.016.500	167.911	56.549
1907	989.448	225.110	76.525
1909	948.032	242.262	92.638
1911	858.597	265.122	116.964

Fonte: Adaptado de Graham (1973).

Baseado nestes números, pode-se falar de imigração em massa para o Brasil a partir de 1888 (três anos depois da instalação da Hospedaria). Foi o primeiro movimento importante de ascensão e manutenção de um alto nível de entrada de estrangeiros. Em meados da década de 1890, tem-se um volume quase cinco vezes maior do que o do início da década de 1880.

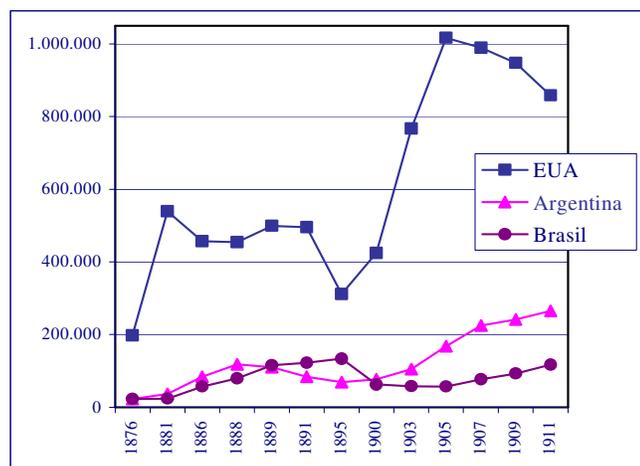
São vários os fatores que explicam a chamada “grande imigração” na década de 1890:

- Tem-se uma grande expansão do setor cafeeiro, quando os imigrantes, sobretudo italianos, estabeleceram-se como colonos nas novas fazendas de café do oeste paulista;
- A cotação da saca de café em moeda estrangeira, apesar de não muito atrativa – em virtude da grande depressão da década de 1890 – era lucrativa aos fazendeiros; tornava-se rentável pelo baixo valor da moeda brasileira decorrente do encilhamento de 1889.
- As políticas públicas de atração começaram a surtir efeito;
- Argentina e Estados Unidos sofreram um período de retração na economia, conseqüentemente absorvendo um menor número de imigrantes.

Mesmo vivendo seus momentos de pico, todavia, a imigração para o Brasil era incomparável à da Argentina, que em seus tempos áureos – como por exemplo 1909 – chega a receber mais de 240.000 estrangeiros, e irrisória se confrontada com os índices do *eldorado da imigração*, os Estados Unidos.

Observemos agora, no Gráfico 3, a curva que descreve os índices de entrada de imigração bruta nestes três países.

Gráfico 3
Imigração bruta para EUA, Argentina e Brasil – 1876 a 1911



Fonte: Elaborado a partir da Tabela 3.

Todas as evidências do processo de imigração deste período sugerem que as condições econômicas do Brasil estavam provavelmente em posições cíclicas opostas às da Argentina⁸ e dos Estados Unidos. Perceba no gráfico que o fluxo particularmente forte do Brasil, na década de 1890, descreve uma curva ascendente contrária aos fluxos dos outros dois países. A contrapartida é a mesma, quando os índices de Argentina e Estados Unidos ascendem, como na primeira década do século XX, o brasileiro descreve uma curva descendente.

⁸ A Argentina, em virtude da relação de dependência mais estreita que possuía com a Inglaterra, sentiu mais fortemente as consequências da crise do que o Brasil. No período compreendido entre 1873 e 1896, a “grande depressão” inglesa reduziu drasticamente a importação de produtos argentinos e a exportação de capitais para o mundo inteiro, impactando de forma direta naquele país e consequentemente reduzindo os atrativos para a imigração. Essa crise explica porque a entrada de estrangeiros no Brasil suplantou os números da Argentina. (cf: Rapoport, 2000).

Daí pode-se concluir que os *mecanismos da imigração*, no Brasil, eram menos atrativos que os da Argentina e Estados Unidos. Apesar do grande esforço desenvolvido neste sentido, São Paulo não era a primeira opção para se *fazer a América*, talvez porque os imigrantes soubessem a dura realidade que os esperava.

2 As relações de trabalho entre fazendeiros e imigrantes nas lavouras de café

“Com o surgimento histórico do trabalho assalariado, transformou-se a totalidade das relações sociais do capital que abarcam a economia mundial. Todas as outras formas de trabalho social passaram a se relacionar com o trabalho assalariado, seja como pressuposto, seja como consequência” (Tomich, 1992: 109). A introdução do imigrante na agricultura de São Paulo constituiu-se num exemplo de criação da força de trabalho livre em uma situação de desenvolvimento agrícola extensivo, sob condições de escassez potencial da oferta de mão-de-obra (Stolcke & Hall, 1985: 80). Embora a escravidão tenha se prolongado até 1888, foi precisamente o crescente debate em torno da questão das forças produtivas bem como as experiências de fazendeiros paulistas aliadas ao Estado que tornaram possível uma transição relativamente não violenta para o trabalho livre.

Para além do horizonte de perigosos esquemas “escravismo-feudalismo-capitalismo”, variadas relações se estabeleceram na transição do trabalho servil ao trabalho livre. Mas, antes de qualquer discussão sobre estas relações, tem-se que considerar que a sociedade brasileira era intensamente marcada, no que tange à produção, pelo binômio homem/coisa, originário de mais de três séculos de escravidão. O escravo era ainda uma presença constante no mundo dos homens livres. O espectro do escravismo, sempre presente e enraizado nas estruturas do cotidiano, mediava também as relações sócioeconômicas entre os latifundiários e homens livres pobres. Com o imigrante não seria diferente.

2.1 Primeiras experiências: as “Parcerias”

Parceria: forma padronizada de divisão da colheita vigente em muitas áreas de agricultura pré-moderna (Holloway, 1984: 111). Relação de trabalho

muito próxima da *meação*. Apesar da igualdade que sugere o termo em seu sentido literal, os “parceiros”, como veremos, estavam longe de ter igualdade de condições.

De acordo com o contrato de parceria, o fazendeiro financiava o transporte dos imigrantes do seu país de origem até o porto de Santos, adiantava o custo do percurso de Santos à fazenda, assim como os mantimentos e instrumentos necessários aos imigrantes até que pudessem reembolsá-lo com os ganhos de suas primeiras colheitas. O trabalhador imigrante, apesar de livre, assim como o escravo africano dispndia investimentos iniciais do fazendeiro que posteriormente eram recuperados no processo de produção. Por outro lado, ao imigrante era imposto um compromisso formal, racionalizado em forma de contratos: registravam-se conto por conto suas dívidas e assinavam-se promissórias. Nesta situação, ele era entendido como homem livre, dotado de plena “condição humana” para honrar seus débitos, diferenciando-se totalmente do bem escravo. Enfim, inseridos na mesma sociedade, imigrantes e escravos eram vistos, ao mesmo tempo, tão próximos e tão distantes, tão iguais e tão diferentes... Paradoxos do sistema.

Devidamente registrados os débitos iniciais o fazendeiro designava ao trabalhador, baseado em sua força de trabalho – que era a própria força de trabalho do núcleo familiar – o número de pés de café que ele iria cuidar, colher e beneficiar. Atribuía-lhe também um pedaço de terra para o cultivo de seus próprios gêneros alimentícios. Além disso, os imigrantes recebiam uma casa, aparentemente gratuita, mas na verdade com o valor embutido nos preços e juros praticados. A remuneração do imigrante consistia em *metade* dos ganhos líquidos com a produção de café e metade da produção de gêneros alimentícios, as outras cabiam ao fazendeiro.

Nesta forma de remuneração o imigrante inseria-se diretamente no mercado mundial de café, sujeito à sua rentabilidade e suas perdas. Quando de uma boa colheita e um bom preço, ambos lucravam e o imigrante liquiudava parte da dívida inicial. Tendo-se uma baixa cotação, o fazendeiro amortizava os prejuízos com o lucro acumulado e os imigrantes, como ponto mais vulnerável da cadeia mercantil, eram obrigados a endividar-se cada vez mais.

Além das dívidas iniciais contraídas e das oscilações, o imigrante passava uma média de quatro anos sem possibilidades de ter uma colheita considerável, já que os cafeeiros atingem seu ápice de produtividade entre

quatro e sete anos. Mesmo produzindo, neste período, gêneros alimentícios entre as fileiras do café, a metade que lhe cabia bastava apenas à subsistência. Os imigrantes então ampliavam em muito seus débitos para com o fazendeiro, sobretudo comprando ferramentas e gêneros que não tinham condição de produzir como farinha de trigo, carne, sal, etc. A baixa produtividade também foi um mal que assolou o trabalhador livre: os investimentos dos fazendeiros concentraram-se totalmente na aquisição de mão-de-obra, relegando ao abandono a implementação de novas técnicas de cultivo. Para estes a produtividade ligava-se intrinsecamente à abundância de terras, garantida pela lei de 1850. Para o imigrante e seu núcleo familiar a variável de produtividade não poderia ser a mesma, já que um núcleo – em média de cinco pessoas – não conseguia cuidar de grandes extensões de terra, dependendo, então, de outros fatores para conseguir uma melhor colheita, como melhores e mais modernas técnicas de cultivo. O fazendeiro lucrava com a soma da parte que lhe cabia da produção dos *talhões*,⁹ os imigrantes assumiam individualmente a baixa produtividade decorrente de técnicas de cultivo ultrapassadas.

Em condições ideais de trabalho, os imigrantes levariam em média quatro “anos férteis” para pagar suas despesas. Somados ao período inicial, “estéril”, em média cumpririam o contrato em oito anos. Como estas condições ideais não existiam, o imigrante tornava-se uma espécie de criado sob contrato, um escravo obrigado a comprar sua própria liberdade (Holloway, 1984: 112), já que os contratos incorriam em sérias multas a quem abandonasse a fazenda.

Nestes termos o fracasso era iminente: os imigrantes fugiam, vendo-se cada vez mais afundados em uma dívida crônica. Deslocavam-se para outras fazendas e centros urbanos, chegando a emigrar para outros países como Argentina e Uruguai em busca de melhores condições de vida.

Mesmo apresentando tantos entraves, numa situação de mão-de-obra escassa a parceria é de fato mais eficiente que o trabalho assalariado. É uma forma de utilização do trabalho semelhante a um sistema de trabalho por peça. “Ambas são formas de assalariamento baseadas no incentivo, um meio de conseguir um esforço adicional de trabalho, de fazer com que os trabalhadores trabalhem mais e melhor, uma vez que os resultados da produção virão em seu próprio benefício” (Stolcke & Hall, 1985: 88-89).

⁹ *Talhão*: terreno que o fazendeiro cedia contratualmente a cada imigrante (leia-se núcleo familiar).

Mas a realidade não era bem assim. À parte da produção destinada ao imigrante efetivamente não vinha parar em suas mãos e, já em 1857, com as revoltas na Fazenda Ibicaba, o sistema de parceria dava os primeiros sinais de cansaço. Este levante, liderado por Thomas Davatz, não apresentou conseqüências imediatas e de vulto, mas foi o primeiro passo rumo a modificações profundas que se processaram.

Na fazenda de Vergueiro, por exemplo, a escrituração de 1862 a 1865 demonstra que logo após 1857 o regime de trabalho assalariado foi adotado (Witter, 1982: 42-43). Mais do que uma vitória dos trabalhadores, o conflito marca um processo cada vez maior de disseminação de relações capitalistas de produção nas lavouras do Brasil.

2.2 Contornando os problemas: a emergência de contratos de locação de serviços

A grande lavoura, ao adotar o trabalho livre, manifestou claramente o sentido de sua transformação: reajustamento do capitalismo periférico, no âmbito do sistema, para preservar-se como uma economia de produtos tropicais (Martins, 1973: 201). Nestes termos, surgiu a necessidade de remodelar as parcerias, pois estas não conseguiam garantir o que era primordial para as lavouras paulistas de café: uma mão-de-obra estável que abastecesse o mercado mundial.

Já nas décadas de 1870 e 1880 algumas fazendas deram um passo à frente na redução da incerteza dos rendimentos do trabalhador livre ao mesclar diferentes formas de remuneração. A parceria foi substituída aos poucos por um contrato de locação de serviços onde, em lugar de uma parcela do valor da produção extremamente oscilante, os trabalhadores passaram a receber mediante preços preestabelecidos por cada medida de café produzido. Emergiram, então, paliativos que desvencilhavam o pagamento do cultivo anual dos cafezais do preço internacional do café, dando maior estabilidade às contas do colono, visto que com esta mudança não estava mais inteiramente sujeito às flutuações naturais e de mercado. Uma vez que o pagamento pelo cultivo era independente do preço internacional, cada colono podia contratar o número de pés de café compatível com a força de trabalho familiar e receberia uma quantia invariável e proporcional a esta tarefa.

Já os fazendeiros lucravam na média anual de preços: quando eram altos pagava-se uma cota fixa ao imigrante (lucro maior), quando eram baixos pagava-se a mesma cota (lucro menor), todavia amortizado e viabilizado pelo lucro maior acumulado. Ganhavam também ao estabelecer grandes discrepâncias entre a cota internacional e o preço pago, sem falar na grande vantagem de poder realizar cálculos que estabeleciam uma certa previsibilidade da liquidação de suas dívidas ativas com os imigrantes, aspecto antes inexistente.

Cabe aqui ressaltar que esta nova forma de remuneração marca a mudança do estatuto jurídico do imigrante. Até então visto como parte contratante, passa a simplesmente vender sua força de trabalho anual mediante um valor fixo. Rumo à redução das incertezas, existiam ainda outros meios de renda possíveis ao imigrante. Quando a produção era muito alta, por exemplo, o fazendeiro contratava famílias para trabalhar em lotes de terras que não aqueles fixados em contrato. Nestes casos, trabalhava-se mediante um pagamento proporcional à produção, independente do contrato de empreita de cota fixa estabelecida no lote sob sua responsabilidade. Percebe-se, neste ponto, uma inovação em relação às parcerias, uma vez que a locação de serviços congregou diferentes formas de remuneração como a produção por peça e a empreita.

A vantagem para o fazendeiro consistia no fato de que os grãos não se perdiam nos pés. Com o pagamento calculado diretamente no montante da produção (em última instância, na velocidade do trabalho) os imigrantes lançavam-se como loucos nos cafezais apressando a colheita. Muitos núcleos familiares deixavam temporariamente seu *talhão* para trabalhar na colheita destes lotes. Geralmente esta era uma atividade suplementar ao trabalho dos camaradas: trabalhadores nacionais contratados ocasionalmente para o desbravamento de novas áreas e em casos de superprodução.

Estas conjuntas formas de remuneração, apesar de estratégicas e lucrativas aos fazendeiros, traziam uma dificuldade. Ambas as formas exigiam capital representado por papel-moeda, um meio historicamente escasso nas relações de trabalho envolvendo proprietários e mão-de-obra. Assim, emergiu a necessidade de buscar mecanismos que mantivessem mais baixas as contas em dinheiro do imigrante, diminuindo a demanda por monetarização. Para tal o meio encontrado pelos fazendeiros foi romper com algumas tradicionais cláusulas dos contratos de parceria. São estas as principais mudanças:

- Os trabalhadores livres não mais participavam do beneficiamento do café.
- Os fazendeiros deixaram de lado as referências à meação dos excedentes das lavouras de alimentos. A partir desta mudança, toda a produção de “generos do paiz” pertenciam ao colono, entravam nos cálculos como renda em espécie, tornando mais baixas as contas em dinheiro.

A atividade de beneficiamento do café foi reassumida pelos escravos até a década de 1880, época em que foi transferida para o trabalho assalariado tornando-se uma atividade eminentemente urbana. É significativo que esta etapa do processo produtivo, assim como o transporte, foi mecanizada já na década de 1870, na medida que o trabalho escravo tornava-se cada vez mais problemático (Stolcke & Hall, 1985: 95).

Ao dispensar sua parte nos excedentes dos alimentos, sabidamente abriu-se aos imigrantes uma eventual fonte de renda. Apesar do concomitante salário fixo do trabalho em seu *talhão* e de esporádicos rendimentos com a colheita de café em outros terrenos, “o que realmente permitia que os colonos acertassem o ‘dever’ e o ‘haver’ eram as plantações que eles tinham o direito de fazer por sua própria conta... eles muitas vezes se preocupavam mais com as cláusulas do contrato relacionadas com essas plantações do que com aquelas que determinam seus salários em dinheiro” (Holloway, 1984: 122). Essa condição era vantajosa também ao fazendeiro porque, dada a abundância de terras, ele podia oferecer estes benefícios e manter as contas de salário em dinheiro mais baixas do que teriam sido de outra forma.

Por outro lado o fazendeiro extraía primeiramente o tempo de trabalho excedente, definindo a prioridade do cafezal como objeto de trabalho do colono. Somente depois da extração do trabalho excedente é que cabia ao colono dedicar-se ao trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador, sob a aparência de que trabalhava para si mesmo. Ainda assim estava trabalhando para o fazendeiro, garantindo as condições de sua própria reprodução como produtor de trabalho excedente (Martins, 1979: 86).

Mesmo com tantas nuances e várias formas de remuneração, o contrato de locação de serviços *não* foi capaz de assegurar um nível adequado de produtividade, sobretudo por três fatores:

- Não resolvia o problema básico da dívida como desestímulo ao aumento da produção de café: face a uma dívida ainda crônica, os imigrantes voltavam-se para a produção de alimentos, potencial fonte de renda, deixando os cafeeiros aos timbetes;

- Este sistema de remuneração, além de afetar a intensidade do trabalho, teve conseqüências no cuidado com o qual as tarefas eram realizadas. Desvincilhando-se a remuneração da produção, como efetivamente foi feito, tendeu-se a negligenciar a carpinagem ou até abandonar completamente a lavoura de café;

- A remuneração por peça, no caso da colheita, também mostrou-se prejudicial aos cafeeiros, uma vez que negligenciava-se totalmente às técnicas de panha, comprometendo sobremaneira a produtividade futura dos arbustos.

De fato, as mudanças de contrato também não conseguiram gerar uma força de trabalho satisfatória, uma vez que as medidas falharam quanto à solução do problema básico: o investimento inicial que os fazendeiros tinham que fazer para introduzir o trabalho livre. O valor do pagamento das carpas e das colheitas bem como a renda adquirida na produção de alimentos pouco somavam e os imigrantes continuavam bastante sobrecarregados pelas suas dívidas iniciais e conseqüentemente desinteressados do trabalho no café. Necessitava-se, novamente, operar mudanças nos termos de contrato.

2.3 Colonato: o esteio da produtividade cafeeira

O Colonato passou a ser hegemônico nas fazendas de café no início da década de 1880. A principal modificação dizia respeito aos lotes de cultivo alimentar, agora separados da “grande lavoura”, que eram regularmente distribuídos de acordo com o número de cafeeiros aos cuidados da família. Esta proporção mostrou-se agradável tanto a fazendeiros quanto a imigrantes pois garantia ao primeiro o trabalho constante nos cafezais e ao segundo um lote para outras culturas condizente com a força de trabalho do núcleo familiar. Além desta inovação, mantiveram-se as formas mistas de remuneração: neste sistema a carpa do café era paga segundo uma taxa fixa anual por milhar de cafeeiros cuidados e a colheita por alqueire de café colhido.

Thomas Holloway, analisando o colonato, define-o como combinação única de salário anual, trabalho por empreitada e ganhos não monetários. Seria a “evolução final” das relações entre fazendeiros e imigrantes no período da expansão cafeeira, iniciada nas primeiras relações de *parcerias*, passando pelo sistema de locação de serviços e chegando ao

colonato que, segundo o autor, era o momento onde abria-se a possibilidade de acumulação ao imigrante, sobretudo baseada na produção de alimentos.

Sob meu entender, o *colonato* não deve ser analisado como ponto culminante de um processo evolutivo. Dadas as condições do período, foi a relação de trabalho viável entre fazendeiro e imigrante que, de certa maneira, conseguiu fixar o imigrante à terra solucionando em parte o problema da instabilidade da mão-de-obra. Por esse motivo tornou-se uma das opções na transição do trabalho escravo ao trabalho livre.

As transformações no mundo do trabalho nas lavouras de café na década de 1880 derivam de vários fatores:

- Este período marca o golpe final ao escravismo;
- Galopante crescimento, nas décadas de 1880 e 1890, da demanda mundial de café;
- Implemento de políticas imigratórias com grande participação do Estado;
- Concretização do oeste paulista como “eldorado do café”, em detrimento de antigas regiões produtoras.

A derrocada final do escravismo deu-se em um momento de grande expansão da demanda de café, marcando ainda mais a dependência dos fazendeiros de uma mão-de-obra constante e viável. Nas décadas de 1880 e 1890, os preços atingiram o teto em valores até então nunca cogitados e, para beneficiar as exportações, o governo foi abaixando gradativamente o valor do câmbio entre o mil-réis e o dólar.¹⁰ Todavia, esta medida desencadeou uma crise que começou por uma baixa sensível do preço do café em valor estrangeiro.¹¹

Ao passo em que o café cada vez mais tornava-se um lucrativo negócio, o governo paulista implementava novos mecanismos de imigração, sendo o subsídio da passagem uma nova determinante na configuração dos

10 “Quando em 1888 se decretou a abolição da escravatura, foi necessário pôr em circulação numerário bastante para permitir que os antigos proprietários pagassem salários aos trabalhadores livres e dispusessem de meios para arranjar imigrantes. O papel moeda em circulação que passara de 28.900 contos de réis, em 1865-1866, a 149.397, em 1869-1870, por causa das despesas da guerra do Paraguai, elevou-se sucessivamente a 188.869, em 1880-81, e a 194.283, em 1885-86. Esboçava-se ligeira melhora, quando foi proclamada a República. Registrou-se então verdadeira inundação do papel-moeda: 185.819 contos de réis, em 1889, 215.100, em 1892, 376.359 em 1894, 439.614 em 1897 e 778.363 em 1888” (Monbeig, 1984: 107-108).

11 Esta crise acelerou-se posteriormente com o aumento do número de cafeeiros plantados, ou seja, uma crescente produção de café.

contratos. Praticamente esta medida abolia as dívidas iniciais do imigrante, sendo o primeiro passo rumo ao fim do trabalho compulsório.

Como visto anteriormente, as dívidas do imigrante para com o fazendeiro constituíam-se em um desestímulo ao trabalho na grande lavoura pois impossibilitava o enriquecimento da parte de quem viera “fazer a América”. Retirados os grilhões do custeio da passagem transatlântica, estas dívidas seriam minimizadas, acenando um horizonte para este enriquecimento, que por sua vez fixava o imigrante à terra. Não se trata aqui de apenas ceder melhores condições aos imigrantes: o sonho de acumulação de capital deste vinha ao encontro dos interesses do fazendeiro, pois a aspiração que o capitalismo periférico podia considerar como legítima no imigrante era a de tornar-se proprietário de terras. Mas para tal, a grande lavoura se propunha como meio (Martins, 1973: 69).

Outros fatores, além da dívida inicial, contribuíam para a instabilidade da mão-de-obra. A fronteira,¹² com todos os seus enigmas e possibilidades atraía imigrantes e “camaradas”¹³ que, tal qual um efeito gravitacional, se lançavam a lugares desconhecidos numa associação entre *trabalho e aventura*.¹⁴ Nada os retém, nada os segura. Em regra, as zonas de fronteira apresentavam as melhores condições pois as “terras virgens” possuíam uma produtividade imbatível, tanto de café, quanto de outros alimentos.

Com este efeito, geralmente, as regiões de lavoura cafeeira mais antigas vivenciavam uma enorme evasão de trabalhadores, o que impreterivelmente forçava os fazendeiros destas zonas a estabelecerem melhores condições de contrato para tentar manter a mão-de-obra. Na maioria dos casos, estas “melhores condições” não incluíam valores em dinheiro, mas direito a um lote cada vez maior para a produção de alimentos. Quando condenada à baixa produtividade e ao prejuízo, as terras de cultivo mais antigo, exaustas pelo café, eram muitas vezes fragmentadas e vendidas a

12 O termo *fronteira*, nesse caso, é a faixa territorial continuamente em movimento, voltada aos espaços ainda desconhecidos, cujo avanço é determinado pelos processos de povoamento e de criação de uma estrutura produtiva coerente com o resto do território já ocupado.

13 Segundo Vangelista os camaradas compunham cerca de 20% da mão-de-obra no complexo cafeeiro; geralmente eram trabalhadores nacionais e imigrantes isolados contratados temporariamente para abrir novos terrenos para a lavoura cafeeira. Também prestavam serviços subsidiários ao café como por exemplo a construção de cercas. Exerciam também algumas atividades urbanas.

14 As idéias de trabalho e aventura remetem a Sérgio Buarque de Holanda em sua obra *Raízes do Brasil*.

detentores de pequenos soldos ou mesmo imigrantes de melhor sorte, potencializando o efeito das fronteiras sobre as zonas decadentes.

Em sua marcha, o café marcaria a fisionomia de quase todo estado paulista. Na sua itinerância, abandonaria regiões e mataria cidades (Matos, 1974: 37). Faria conjugar o verbo no passado, como lembrou Monteiro Lobato em sua crônica sobre as *idades mortas*, cidades que viviam do café e que morreram quando ele, na sua trajetória, procurou outras regiões. Enfim, nas lavouras paulistas de café observava-se um constante ir e vir de italianos, espanhóis, portugueses e alemães que, juntamente com trabalhadores nacionais desbravaram novas terras e levaram a fronteira mais adiante. Mesmo o Colonato, apesar de seus aspectos “fixadores”, não conseguiu resolver totalmente a instabilidade da mão-de-obra.

Mas na medida em que o número de desembarques aumentava no porto de Santos, sobretudo na década de 1890, e a quantidade de trabalhadores ociosos na economia nacional era crescente, criavam-se automaticamente as bases de um efetivo mercado de trabalho capitalista, ou seja, uma oferta de emprego menor que a procura, o que, dentro de um projeto de disseminação da racionalidade capitalista das relações de produção, marcou a efetiva vitória do capital sobre os trabalho nas lavouras de café.

A gradativa expansão do capitalismo na produção moldou um mercado de trabalho altamente diversificado e articulado em uma série de segmentos independentes, embora complementares, dirigidos na sua complexidade à única função de tornar eficiente a divisão de trabalho na plantação. Sua configuração era múltipla: por um lado oferecia grande disponibilidade de mão-de-obra composta por elementos isolados que, por isso, perdiam o poder contratual. Por outro, os núcleos familiares encontravam melhores condições de negociar sua força de trabalho, já que havia uma grande oferta de empregos pois, eram indispensáveis ao estabelecimento das relações de colonato.

Ao congregar segmentos de mão-de-obra tão distintos, bem como variadas formas de remuneração, o colonato efetivamente cumpriu seu papel tornando-se o esteio da produtividade. Para se ter uma idéia da disseminação do café pelo Estado, em 1885 a produção girava em torno de 1.665 sacas de 60 kg, para um número estimado de 133 milhões de cafeeiros e, em 1902 a produção saltava para 8.350 sacas estimando-se, para esse valor, um total de 668 milhões de cafeeiros. (Holloway. 1972: 263).

O desenvolvimento das lavouras de café implementou uma divisão do trabalho mais intensa, operacionalizando ofertas distintas e procuras variadas em um todo aparentemente multifacetado, mas na realidade, altamente imbricado e complementar. Os imigrantes se especializaram nos cuidados com o cafeeiro e posteriormente também na produção de outros alimentos. Os trabalhadores nacionais setORIZARAM-se em trabalhos subsidiários ao café e eventuais serviços no meio urbano, como por exemplo o beneficiamento e o ensacamento.

Portanto, falamos da convergência de uma soma de fatores: uma base abundante de recursos, o desmantelamento do escravismo e a emergência de uma nova matriz social e econômica – o trabalho livre. Estes fatores que se conjugaram na década de 1880 amadureceram nas décadas seguintes, e perduraram até a decadência do café nos anos 30.

Bibliografia

- BASSANEZZI, M. S. C. B. *A família na fazenda de café: tamanho e força de trabalho*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 4, 1984, Águas de São Pedro. (Mimeogr.).
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séc. XV-XVIII*. v. II: Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10. ed. Campinas: Unicamp. IE, 1998. (30 anos de Economia – Unicamp, 4)
- CARONE, Edgar. *A República Velha (instituições e classes sociais)*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à Colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979.
- FALEIROS, Rogério Naques. *Ferrovia, café e imigrantes: o trinômio da transformação*. Franca 1887-1902. Franca: Unesp. FHDSS, 1999. (Monografia, Graduação).
- FURTADO, Celso Monteiro. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970.
- GRAHAM, Douglas H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro – 1800-1930. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 7-64, 1973.

- HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções, 1789-1848*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.
- HOLLOWAY, Thomas H. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo 1885-1915: uma análise preliminar. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 145-180, 1972.
- _____. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.
- MARTINS, José de Souza. *Imigração e crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. p.107-108.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Efeitos da lei de 1850. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1996.
- PETRONE, Maria Thereza Schoerer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. Expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1948.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- RAPOPORT, Mario. *Historia economica, politica y social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000.
- STOLCKE, Verena, HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 80-120, 1985.
- TOMICH, Dale. Trabalho escravo e trabalho livre (origens históricas do capital). Trad. Luiza Franco Moreira. *Revista USP*, São Paulo, CCS/USP, n. 13, p.100-117, 1992.
- TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista 1860-1945*. Campinas: Unicamp. IE, 1998. (Tese, Doutorado).

- VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. Trad. Thei de Almeida Viana Bertorello. São Paulo: Hucitec/Instituto Italiano de Cultura/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. Madrid: Siglo XXI, 1979.
- WITTER, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. 2. ed. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado de São Paulo, 1982. p. 42-43.